

# Sumário

*Prefácio, xv*

- 1 Da definição de ação praticada por organizações criminosas e dos meios operacionais de investigação e prova, 1
  - 1.1 Introdução, 1
  - 1.2 Do desmembramento do conceito de organização criminosa da Convenção de Palermo, 9
  - 1.3 Características das organizações criminosas, 12
  - 1.4 Crime organizado por natureza e crime organizado por extensão, 14
  - 1.5 As Leis 9.034/95 e 10.217/01 são aplicáveis às contravenções penais?, 14
  - 1.6 O que é crime organizado e o que não é crime organizado, 15
  - 1.7 Crime organizado e o direito penal e suas velocidades, 16
  - 1.8 Crime organizado e a teoria do direito penal do inimigo, 16
  - 1.9 Qual é o tratamento dado aos artigos que apenas se referem à organização criminosa, 17
  - 1.10 Classificação das infrações penais praticadas por ações de organizações criminosas, 18
  - 1.11 Crime organizado e prevenção, 19
  - 1.12 Crime organizado e suas atividades criminais, 20
  - 1.13 Crime organizado e princípio da proporcionalidade, 21
  - 1.14 Normas processuais materiais e normas processuais penais nos diplomas que tratam da criminalidade organizada, 26
  - 1.15 Criminalidade organizada econômica ou criminalidade de empresa, 26
  - 1.16 Crime organizado e denúncia por crime societário, 29



- 1.17 Crime organizado e competência jurisdicional, 31
- 1.18 Criminalidade organizada eletrônica, 31
- 1.19 Crime organizado e Lei 9.800/99, 34
- 1.20 Crime organizado e publicidade, 36
- 1.21 Criminalidade organizada e sistema penitenciário, 38
- 1.22 Criminalidade organizada e milícias, 39
- 1.23 Criminalidade organizada e lavagem de dinheiro, 40
- 1.24 Criminalidade organizada e crimes tributários, 42
- 1.25 Perícia no crime organizado, 44
- 2 Mecanismos operacionais de investigação e formação de provas em espécie, 47**
  - 2.1 Da ação controlada, 47
    - 2.1.1 Ação controlada ou flagrante retardado, 47
    - 2.1.2 Infiltração policial e ação controlada, 48
    - 2.1.3 Ação controlada e entrega vigiada, 49
    - 2.1.4 Ação controlada, princípio da obrigatoriedade e sua compatibilidade com o art. 5º, inciso LXI, da Constituição Federal, 52
    - 2.1.5 Diferença entre ação controlada ou flagrante retardado, flagrante esperado, flagrante provocado e flagrante forjado, 53
    - 2.1.6 Ação controlada e discricionariedade policial, 53
    - 2.1.7 Requisitos da ação controlada, 54
  - 2.2 Do acesso a dados, documentos, informações fiscais, bancárias, financeiras e eleitorais, 55
    - 2.2.1 Introdução, 55
    - 2.2.2 Conceitos de informações fiscais, bancárias, financeiras e eleitorais, 57
    - 2.2.3 Legitimidade para a quebra de dados, documentos e informações sem prévia autorização judicial, 58
    - 2.2.4 Ministério Público e quebra de sigilo bancário, fiscal e financeiro, 61
    - 2.2.5 Ministério Público, quebra de sigilo bancário, fiscal, financeiro e dinheiro público, 62
    - 2.2.6 Ministério Público e quebra das operações envolvendo cartões de crédito e débito, 62
    - 2.2.7 Crimes que permitem a quebra do sigilo bancário, fiscal e financeiro, 64
    - 2.2.8 Requisitos para a decretação da quebra do sigilo bancário, fiscal e financeiro, 64
    - 2.2.9 Acesso a dados, 65
    - 2.2.10 Acesso a documentos, 67
      - 2.2.10.1 Acesso a documentos cadastrais, 69
      - 2.2.10.2 Da bilhetagem (extratos telefônicos), 72
  - 2.3 Da captação e interceptação ambiental de sinais eletromagnéticos, óticos ou acústicos, e o seu registro e análise, mediante circunstanciada autorização judicial, 75
    - 2.3.1 Introdução, 75

- 2.3.2 Interceptação ambiental, escuta ambiental e gravação clandestina ambiental. É necessária prévia ordem judicial?, 75
- 2.3.3 Gravação de imagens e necessidade de ordem judicial, 76
- 2.3.4 Gravação de imagens e interceptação de imagens, 77
- 2.3.5 Gravação de conversas. Lícitude ou ilicitude?, 78
- 2.3.6 Interceptação de sinais eletromagnéticos, óticos ou acústicos, 78
- 2.3.7 A interceptação ambiental é inconstitucional?, 78
- 2.3.8 Requisitos da interceptação ambiental, 79
- 2.3.9 Rito procedimental, 80
- 2.4 Infiltração por agentes de polícia ou de inteligência, em tarefas de investigação, mediante circunstanciada autorização judicial, 81
  - 2.4.1 Infiltração policial (*undercover agent*), 81
  - 2.4.2 Requisitos da infiltração, 82
  - 2.4.3 Rito procedimental, 83
  - 2.4.4 Espécies de infiltração, 85
  - 2.4.5 Responsabilidade penal do infiltrado, 86
  - 2.4.6 Agentes de polícia especializada e de inteligência, 87
  - 2.4.7 Diferença entre infiltração policial do crime organizado com a infiltração policial da Lei 11.343/06, 88
  - 2.4.8 Crimes que permitem a infiltração, 89
  - 2.4.9 A infiltração tem caráter complementar e não principal, 90
  - 2.4.10 Sigilo da operação e necessidade da aplicação da Lei 9.807/99, 91
  - 2.4.11 Infiltração e flagrante, 93
  - 2.4.12 Cautelaridade da infiltração, 95
  - 2.4.13 Validade da prova produzida pelo agente infiltrado, 96
  - 2.4.14 Agente infiltrado e agente provocador, 96
  - 2.4.15 Execução da medida de infiltração e sua necessária coexistência com outros mecanismos probatórios, 97
  - 2.4.16 Natureza jurídica da infiltração, 98
  - 2.4.17 Infiltração e Provimento 32/00 da Corregedoria de Justiça do Estado de São Paulo, 98
- 3 Da preservação do sigilo constitucional, 101
  - 3.1 Introdução, 101
  - 3.2 Restrição ao princípio da publicidade, 103
  - 3.3 Da inconstitucionalidade do art. 3º, da Lei 9.034/95, 104
- 4 Das disposições gerais, 107
  - 4.1 Órgãos da polícia judiciária estruturarão setores e equipes de policiais especializados no combate à ação praticada por organizações criminosas, 107
  - 4.2 Identificação criminal no crime organizado, 108
    - 4.2.1 Introdução, 108
    - 4.2.2 Segurança da identificação criminal, 108
    - 4.2.3 Identificação criminal e Lei 10.054/00, 109
    - 4.2.4 Identificação fotográfica, 109

- 4.2.5 Indiciamento em inquérito policial de quem já é civilmente identificado. É possível?, 110
- 4.3 Delação premiada, 111
  - 4.3.1 Introdução, 111
  - 4.3.2 Requisitos da delação premiada, 112
  - 4.3.3 Procedimento da delação, momento e consequência, 113
  - 4.3.4 Delação premiada e arrependimento eficaz, 115
  - 4.3.5 Delação premiada e aplicação da Lei 9.807/99, 116
  - 4.3.6 Hipóteses de delação premiada, 118
  - 4.3.7 Obrigatoriedade da redução de pena, 121
  - 4.3.8 Delação premiada e princípio da indivisibilidade da ação penal pública, 121
  - 4.3.9 Delação premiada e direito de não produzir prova contra si mesmo, 122
- 4.4 Da liberdade provisória aos agentes que tenham intensa e efetiva participação na organização criminosa, 124
  - 4.4.1 Introdução, 124
  - 4.4.2 Inconstitucionalidade do art. 7º, da Lei 9.034/95?, 125
  - 4.4.3 Intensa e efetiva participação na organização criminosa, 125
  - 4.4.4 Intensa e efetiva participação na organização criminosa e aplicação do parágrafo único do art. 310 do CPP, 126
- 4.5 Excesso de prazo no encerramento da instrução criminal, 127
  - 4.5.1 Introdução, 127
  - 4.5.2 Liberdade provisória e excesso de prazo no encerramento da instrução criminal, 128
  - 4.5.3 Excesso de prazo e encerramento da instrução criminal, 128
  - 4.5.4 Prazo de prisão processual e criminalidade organizada, 129
- 4.6 Proibição da apelação em liberdade nos crimes previstos na Lei 9.034/95, 130
  - 4.6.1 Introdução, 130
  - 4.6.2 Apelação. Fuga. Deserção, 132
  - 4.6.3 Leis 8.072/90 e 11.343/06 e proibição de recorrer em liberdade, 132
- 4.7 Progressão de regime e crime organizado, 134
  - 4.7.1 Introdução, 134
  - 4.7.2 Progressão de regime em crime hediondo praticado por organização criminosa, 135
  - 4.7.3 Execução provisória da pena e crime organizado, 136
  - 4.7.4 Progressão de regime, exame criminológico e criminalidade organizada, 136
  - 4.7.5 Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) e criminalidade organizada, 138
- 4.8 Da aplicação supletiva do Código de Processo Penal, 140
  - 4.8.1 Da introdução, 140

4.8.2 Da busca e apreensão, 141

4.8.3 Da busca e apreensão em escritório de advocacia, 141

**5 De outros meios operacionais não previstos nas Leis 9.034/95 e 10.217/01, mas que são úteis para o combate às organizações criminosas, 145**

5.1 Da interceptação telefônica, 145

5.2 Requisitos para a concessão da interceptação telefônica, 146

5.3 Perícia de confronto e autenticidade de voz (espectrograma), 148

5.4 Juntada das transcrições integrais das conversas interceptadas, perícia e elaboração das transcrições, 149

5.5 Previsão legal para a prorrogação da interceptação telefônica, 150

5.6 Prova emprestada. Escuta telefônica, 152

5.7 Interceptação de *e-mail*, 153

5.8 Diferenciação entre informática e telemática, 157

5.9 Inconstitucionalidade da interceptação de *e-mail*?, 157

5.10 Sequestro. Decreto-lei 3.240/41, 158

5.11 Confisco de bens e crime organizado, 161

5.12 Ação de fiscalização tributária, 164

**6 Outras questões jurídicas relevantes que podem estar relacionadas com a criminalidade organizada, 167**

6.1 Súmula vinculante 14, 167

6.2 Interrogatório por videoconferência, 169

6.3 Notificação prévia. Crime organizado em face da administração pública, 172

6.4 Crime organizado e uso de algemas, 174

6.5 Crime organizado e registro dos depoimentos, 175

6.6 Princípio da identidade física do juiz, 177

6.7 Direito ao silêncio e exercício pleno da ampla defesa, 177

6.8 Poder investigatório do Ministério Público, 178

*Bibliografia*, 183